

DIÁRIO DO GOVERNO



A correspondência oficial da capital e das provincias, franca de porta, bem como os periódicos que trocarem com o Diário, devem dirigir-se à Imprensa Nacional.
Anunciam-se todas as publicações literárias de que se receberem na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por ano 18\$
Ditas por semestre 10\$
Número avulso, cada folha de quatro páginas \$04
Em conformidade da carta de lei de 24 de Maio e regulamento de 9 de Agosto de 1902, cobrar-se há 1 centavo de selo por cada anúncio publicado no Diário do Governo

A correspondência para a assinatura do Diário do Governo deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeitar à publicação de anúncios será enviada à mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importância.

SUMÁRIO

MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Decreto n.º 229, regulamentando o artigo 29.º do Código Eleitoral.
Decretos de 15 de Novembro:
Autorizando a Comissão Municipal da Feira a contrair um empréstimo para pagamento de dívidas.
Reconstituindo a Comissão Municipal de Évora.
Aviso acerca do concurso para provimento dum lugar de oficial da secretaria do Governo Civil de Portalegre.
Despachos pela Direcção Geral de Saúde, sobre movimento de pessoal.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Despachos pela Direcção Geral da Justiça, sobre movimento de pessoal.
Despacho transferindo para o juiz da respectiva comarca o julgamento das transgressões de posturas do concelho de Almeida.
Despachos sobre movimento de pessoal de registo civil.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Decreto de 15 de Novembro, provendo um lugar de terceiro official da Secretaria Geral do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado.
Despachos pela Secretaria Geral, sobre movimento de pessoal.
Habilitações para levantamento de créditos.
Balancetes de bancos e companhias.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:

Portaria de 15 de Novembro, louvando o advogado Jean Prosper Levy, pelos serviços prestados no exercício do seu cargo à Legação de Portugal em Paris.

MINISTÉRIO DO FOMENTO:

Despachos pela Direcção Geral das Obras Públicas e Minas, sobre movimento de pessoal.
Relação de marcas internacionais a que foi recusada protecção em Portugal.
Aviso acerca da restituição da taxa dum registo de nome.
Relação de pedidos de registo de marcas.
Nota dos registos de marcas efectuados em Outubro.
Portaria de 27 de Outubro, collocando na Escola Prática de Agricultura de Santarém vários empregados dos serviços agrícolas.
Despachos pela Direcção Geral da Agricultura, sobre movimento de pessoal.
Aviso acerca do concurso para primeiros officiais do quadro dos correios de Lisboa e Pôrto.
Balancete da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Bombarral, em Setembro.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS:

Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 220, que aumentou a gratificação de exercício do governador da provincia de Timor.
Despachos pela Direcção Geral das Colónias, sobre movimento de pessoal.
Avisos ao sub-intendente do Governo em Sena e à professora da escola da Vila da Ponta do Sol, para se apresentarem, no prazo de dez dias, na Direcção Geral das Colónias.
Rectificação ao decreto n.º 221, sobre julgamento por tenções dos feitos civis, comerciais e criminaes na Relação de Moçambique.
Despachos pela Direcção Geral de Fazenda das Colónias, sobre movimento de pessoal.

MINISTÉRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA:

Decretos de 15 de Novembro:
Determinando que nos próximos futuros anos nenhum aluno seja admitido à matricula, nos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério de Instrução Pública, fora do prazo legal.
Concedendo a exoneração a um amanuense do Ministério de Instrução Pública e nomeando outro.
Nomeando um professor interino para a Escola Normal do Pôrto.
Criando escolas móveis.
Concedendo um subsídio ao Centro Republicano de Ponte do Lima, para sustentação duma escola móvel.
Concedendo a exoneração dos respectivos lugares ao director interino do Colégio das Missões Ultramarinas e a um professor provisório do Liceu de Beja.
Provendo o lugar de professor de gymnastica do Liceu de Portalegre.
Demittindo dos respectivos lugares um professor substituto da Escola Colonial e um empregado menor do Liceu de Passos Manuel.
Despachos pela Repartição da Instrução Primária e Normal, sobre movimento de pessoal.
Declarações acerca de despachos pela Direcção Geral da Instrução Secundária, sobre movimento de pessoal.
Portaria de 15 de Novembro, nomeando uma comissão para estudar as modificações a introduzir no regulamento das escolas de farmácia.
Portaria de 18 de Novembro, nomeando uma comissão para estudar a reorganização do ensino elementar industrial e comercial.

TRIBUNAIS:

Supremo Tribunal Administrativo, acórdão acerca do recurso n.º 14:312.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS:

Junta do Crédito Público, editos para averbamento de títulos.
Administração do concelho de S. João da Pesqueira, editos acerca da gerência duma irmandade e de três juntas de paróquia.
Juiz de direito da comarca de Botlicas, editos para expropriações de terrenos.
Montepio Oficial, aviso de convocação para assembleia geral; editos para habilitação de pensionistas.
Grémios, aviso para reclamações.

Regimento de infantaria n.º 34, anúncio para arrematação de géneros e combustivel.
Direcção das Construções Navais, aviso acerca do exame de aprendizes a admitir no Arsenal da Marinha.
Instituto Superior de Agronomia, anúncio para venda de laranja.
Observatório do Infante D. Luis, boletim meteorológico.
Capitania do porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.
Estação Telegráfica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

SOCIEDADES COOPERATIVAS:

Nota da substituição do capítulo 2.º dos estatutos da Cooperativa do Pessoal da Casa da Moeda.

AVISOS E PUBLICAÇÕES.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS.

SUMÁRIO DOS APÊNDICES

N.º 380 — Cotação dos fundos públicos nas Bolsas de Lisboa e Pôrto, em 14 de Novembro.
N.º 381 — Balancete do Banco de Portugal na semana finda em 22 de Outubro.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Administração Política e Civil

DECRETO N.º 229

Tendo surgido dúvidas acerca da execução do artigo 29.º do Código Eleitoral em relação às declarações de candidaturas, documentos, requerimentos, protestos e outros actos praticados durante as eleições;

Usando da faculdade que me confere o n.º 4.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sobre proposta dos Ministros do Interior, Justiça e Finanças, decretar o seguinte:

Artigo 1.º A isenção do imposto do selo, emolumentos e salários, a que se refere o artigo 29.º do Código Eleitoral, abrange todos os documentos relativos ao processo eleitoral, e, portanto, os que dizem respeito à apresentação e substituição de candidaturas, declarações, documentos a elas juntos, requerimentos, protestos, contra-protestos e todos os demais actos praticados durante as eleições e assembleas de apuramento.

Art. 2.º Fica assim regulamentado o artigo 29.º do Código Eleitoral.

Os Ministros do Interior, Justiça e Finanças, assim o tenham entendido e façam executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 19 de Novembro de 1913. — Manuel de Arriaga — Rodrigo José Rodrigues — Álvaro de Castro — Afonso Costa.

Tendo a actual Comissão Administrativa Municipal do concelho da Feira, por sua deliberação de 22 de Julho último, votado a realização de um empréstimo da quantia de 11.542\$57, exclusivamente destinado ao pagamento de juros vencidos pelo capital de 19.982\$53, a quanto montam as dívidas passivas do município, provenientes das obras de construção de estradas municipais e do edificio thermal de S. Jorge, as quais foram liquidadas judicialmente por sentenças dos tribunais competentes.

Atendendo a que os referidos juros são devidos por virtude das aludidas sentenças, desde as datas nela fixadas, e a que do seu pagamento, de pronto, não pode a actual Comissão Administrativa Municipal do dito concelho satisfazer pelas forças das suas receitas ordinárias:

Hei por bem, sob proposta do Ministro do Interior, e nos termos do n.º 1.º do artigo 55.º do Código Administrativo de 4 de Maio de 1896, autorizar o supramencionado empréstimo, amortizável em trinta anos do juro annual máximo de 6 por cento e garantido com todos os rendimentos do município, que por lei ou contratos vigentes não tenham applicação especificada, para cujo fim a Câmara votará todos os anos, em capítulo especial dos seus orçamentos, o quantitativo necessário do dito empréstimo e respectivos juros.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 15 de Novembro de 1913. — Manuel de Arriaga — Rodrigo José Rodrigues.

Tendo o vogal da Comissão Administrativa Municipal do concelho de Évora, cidadão António dos Santos Cartaxo Júnior, pedido a sua exoneração, e porque não haja substitutos: hei por bem, sob proposta do Ministro do Interior, e no uso da faculdade que me confere o artigo 47.º, n.º 4.º, da Constituição Política da República

Portuguesa, conceder a exoneração solicitada pelo referido vogal da supra mencionada Comissão Administrativa Municipal do concelho de Évora, e outrossim nomear para o referido cargo e para os de vogais substitutos da mesma comissão os cidadãos abaixo indicados:

Efectivo, Dr. Francisco Correia Marreiros, e substitutos, Isidro Pires Candeias, José Dordio Rebocho Pais, Carmelino Pastor, José Joaquim de Oliveira, António dos Santos Pereira, António Francisco Godinho Lobo e Artur José Fernandes.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 15 de Novembro de 1913. — Manuel de Arriaga — Rodrigo José Rodrigues.

Concurso

Para os devidos efeitos se notifica, aos candidatos a um lugar de official de secretaria, vago no Governo Civil do distrito de Portalegre, que havendo algumas deficiências nos documentos com que se apresentaram ao concurso aberto para provimento do referido lugar, por aviso inserto no Diário do Governo n.º 199, de 26 de Agosto último, devem essas deficiências ser supridas no prazo de dez dias, a contar da data da publicação d'este aviso no Diário do Governo, para cujo fim os ditos candidatos se deverão dirigir ao Ministério do Interior, onde serão informados das formalidades a que alguns tem de satisfazer nos mencionados documentos.

Secretaria Geral do Ministério do Interior, em 18 de Novembro de 1913. — Pelo Director Geral, António Maria de Carvalho de Almeida Serra.

Direcção Geral de Saúde

Para os devidos efeitos se publica o seguinte despacho:

Novembro 15

Tomás António da Guarda Cabreira — exonerado, a seu pedido, do lugar de vogal da comissão dos explosivos.
Direcção Geral de Saúde, em 17 de Novembro de 1913. — O Director Geral, Ricardo Jorge.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção Geral da Justiça

1.ª Repartição

Despachos effectuados nas seguintes datas

Novembro 5

Adelino da Cunha Neto, contador do juizo de direito da Ilha de Santa Maria — prorrogado por cinquenta dias o prazo para tomar posse do seu lugar. (Pagou os respectivos emolumentos).

Novembro 18

Avelino de Castro, official de diligencias do terceiro officio do juizo de direito de Monção — declarado nos termos de ser substituído, por incapacidade fisica permanente.

2.ª Repartição

15 de Novembro

Decreto transferindo, dos juizes de paz do concelho de Almeida para o juiz de direito da comarca do mesmo nome, o julgamento das contravenções e transgressões das posturas municipais do referido concelho.

Direcção Geral da Justiça, em 18 de Novembro de 1913. — O Director Geral, interino, Candido de Figueiredo.

Conservatória Geral do Registo Civil

Despachos effectuados em 17 de Novembro de 1913

Manuel Artur do Amaral — exonerado de ajudante da Repartição do Registo Civil do concelho de Vila Franca do Campo.

Manuel Jacinto Carvalho — nomeado ajudante para o referido posto.

Adelino de Oliveira — exonerado de ajudante do posto de registo civil da freguesia de Relíquias, do concelho de Beja.

Manuel Henriques Lopes Nunes — nomeado ajudante para o referido posto.

Baltasar Calapez — exonerado de ajudante do posto do registo civil da freguesia de S. Martinho das Amoreiras.

João Baptista Brás — nomeado ajudante para o referido posto.

Conservatória Geral do Registo Civil, em 17 de Novembro de 1913. — O Conservador Geral, Germano Martins.